

Povos Indigenas no Brasil

Fonte: *A Cúria*

Class.: 381

Data: 09.03.90

Pg.: _____

LÍDER ATROARI IRRITA-SE

Em vez de seminário, melhor é ver situação

"Vocês brancos têm que ir lá na aldeia pra ver como a gente tá vivendo. Seminário é bom, programa é bom para melhorar vida de Waimiri e Atroari. Sou índio guerreiro como meu pai e não gosto de brincadeira pois estou há quatro dias aqui e vocês têm brincado muito e alguém tem que responder isso".

Este foi o desabafo, irritado, do líder Mário Paroé feito ontem pela manhã quando do encerramento do "1º Seminário de Estudos Waimiri/Atroari — Farsa e Realidade", no auditório do Sesi, após ouvir uma série de questões relativas a saúde (um dos temas tratados ontem), lembrando mortes ocorridas em 1971 por causa de um surto de sarampo na comunidade indígena.

Os debates vinham ocorrendo com as questões de saúde sendo expostas e, de repente, do centro do auditório, o cacique Mário Paroé, 36 anos, levantou-se enfurecido, tomou o microfone e desferiu uma série de reclamações e queixas contra os brancos que vinham, segundo disse, em linguagem complicada, brincando com as lideranças ali presentes. Mário, irmão de Viana, que divide com ele a liderança dos Atroari/Waimiri, desde quarta-feira passada estava irritado com outro índio, o tukano Manoel Moura que insistia em falar de casos de doenças e mortes ocorridas na comunidade localizada na rodovia Manaus/Caracará, esta unindo Amazonas e Roraima, levando o Atroari a amassar, embora de plástico, um copo de café que pretendia tomar.

Ontem a situação voltou a se repetir e o cacique não poupou as questões sanitárias levantadas pelos componentes da mesa,



Mário Paroé ficou irritado

gesticulando muito, punhos cerrados, feições endurecidas afirmando ser um índio guerreiro e não suportar brincadeiras com fatos que não eram reais.

Marubá encerra seminário — Sob cânticos indígenas (Marubás) o seminário de estudos foi encerrado ontem pela manhã, desta vez sem a interferência da cantora brega Roberto Miranda que "entrou" no auditório, na 3ª feira, através das caixas de som instaladas, devido a um cochilo do soprolasta. Ontem foram feitas análises so-

bre as questões principais do Programa Waimiri/Atroari (saúde, meio ambiente, mineração, educação) que deverão constar, segundo o coordenador Ademir Ramos, do núcleo de Etnolinguística da Universidade do Amazonas, promotora do evento, de um documento a ser encaminhado ao governo de Fernando Collor de Mello bem como à sociedade civil e também como "argumentação para ser exercido um certo controle junto a aplicação do programa na área Waimiri/Atroari", observou Ramos.

Foram tratadas ainda questões sobre as perspectivas da adoção de uma política indigenista para o Brasil e, particularmente, à questão Waimiri/Atroari. "Quer dizer — friso Ademir Ramos — o seminário tomou uma grande importância pois pegamos de frente problemas concretos, complexos, e queremos acreditar que nesse novo governo possamos pensar num Brasil novo a partir da perspectiva das organizações indígenas brasileiras para que os índios possam viver e sobreviver dignamente com suas terras demarcadas, da mesma forma que seu patrimônio lingüístico seja garantido e assegurado por lei e pela sociedade civil", espera o coordenador que disse da sua imensa vontade em realizar um seminário maior do que o realizado no Sesi, na região do Rio Negro (São Gabriel da Cachoeira), para os povos Dessana, Tukano, Baniwa, Maku e Yanomami ao revelar que a Universidade está com uma cartilha indígena, em Nheengatu (Língua Geral) e Baniwa (índios que fazem e trabalham com cestos), pronta para ser editada para contemplar os moradores do rio Içana.



Conferencistas do seminário promovido pela Fua

"Apenas a visita de um homem branco"

"Não vai haver nenhuma demonstração, nenhuma solenidade ou almoços e jantares. Será apenas a visita de um homem branco a uma aldeia indígena", disse ontem o indigenista José Porfírio Carvalho, autor do Programa Atroari/Waimiri convênio com a Elettronorte, ao explicar como será desenvolvida a visita do primeiro ministro italiano, Giulio Andreotti, que amanhã, 10 sábado, desembarcará num helicóptero no centro da aldeia, Munawa da nação Waimiri/Atroari, localizada no quilômetro 200 da rodovia Br-174 que liga os Estado do Amazonas e Roraima.

Segundo Carvalho, que disse não estar ciente da visita do ministro italiano à região do Rio Negro, em São Gabriel da Cachoeira, conforme anúncio feito pelo tukano Manoel Moura no mesmo dia (quarta-feira última) em que Carvalho ocupava a mesa de debates do seminário de estudos sobre os Waimiri/Atroari, a visita de Andreotti terá apenas o caráter de observação e assim disporá de condições para fazer uma avaliação clara do que está acontecendo na área. "É uma visita importante e da mesma forma será também importante que ele conheça o trabalho que está sendo realizado pois, na condição de observador privilegiado, vai ver e avaliar as situações dos indígenas e das áreas", observou o indigenista que trabalha para Elettronorte.



José Porfírio

Explicou que mesmo baseado em sua experiência com a comunidade indígena não poderia dizer se os Waimiri/Atroari iam fazer algum pedido ao premier italiano frisando: "Não posso falar em nome da comunidade embora acredite que não. Eles estão tranquilos, não estão pedindo nada e será apenas uma visita e nada mais que isso durante as quase duas horas que vai passar na área".

Programa — Segundo a programação oficial do primeiro ministro italiano que vem ao Amazonas pela primeira vez, onde passa três dias, Giulio Andreotti desembarca hoje às 21h30 no aeroporto internacional "Eduardo Gomes", sendo recebido pelo governador Amazonino Mendes antes de seguir para O Tropical Hotel onde ficará hospedado.

Com uma pauta extensa a ser cumprida, o premier italiano, que demonstrou interesse e vontade em conhecer uma aldeia indígena, na manhã seguinte, 10, inicia a viagem de helicóptero para a aldeia Munawa. A tarde, vai conhecer o Instituto Nacional de Pesquisas da Amazônia (Inpa) e, no mesmo dia, faz um giro pela cidade onde está incluída uma visita ao Teatro Amazonas. A noite, o ministro Andreotti será recepcionado com um jantar pelo governador Amazonino Mendes.

Na manhã de domingo, 11, às sete horas da manhã, assiste missa na Catedral de N. Sra. da Conceição (Matriz) e faz, em seguida, um passeio fluvial a bordo de um navio da Marinha com principal destino ao Encontro das Águas, embarcando às 13h30 para o Chile onde vai ver a posse do presidente Patricio Aylwin para retornar ao Brasil, dia 14, para ver outra posse, a do presidente Fernando Collor de Mello, dia 15.

Política de Sarney foi etnocida

O Secretário do Conselho Indigenista Missionário, Antônio Brande, afirmou que a política indigenista do presidente José Sarney "obedeceu a estratégias premeditadas para acelerar a desintegração das estruturas sócio-culturais dos povos indígenas".

Na entrevista que concedeu aos jornalistas na sede da Conferência Nacional dos Bispos do Brasil, Brande divulgou o balanço que o Cimi fez da política indigenista governamental nos últimos cinco anos. Com base em dados oficiais, a entidade destacou a redução das terras indígenas e a violência contra estes povos.

Desmentindo as recentes afirmações do presidente Sarney de que o seu governo foi o que mais fez demarcações nos últimos 80 anos, num total de 33 milhões de hectares, o relatório do Cimi registra que até o final de 1989 a administração Sarney declarou de ocupação indígena apenas 59 áreas, tendo homologado apenas 29 demarcações, num total de 7.534.757 hectares, segundo dados fornecidos pela própria Funai. Considerando as propostas originais feitas pelo órgão, as declarações significaram uma redução da ordem de 42,5% dos territórios indígenas e as homologações implicaram numa redução de 10,4%. Na área do Projeto Calha Norte, a redução foi ainda maior. As terras indígenas do alto Rio Negro foram reduzidas em 59,5% e o território dos

índios Yanomami, atualmente invadido por milhares de garimpeiros, sofreu redução de mais de 76%. Segundo o Cimi, "uma parte significativa de terras indígenas — 365.640 ha — foi destinada, de modo absurdamente inconstitucional, ao uso do Exército".

Os dados, parciais, sobre as violências mostram que nos últimos dois anos foram assassinados 46 índios, a maioria em casos que envolviam conflitos de terra. Outros 69 índios foram vítimas de violência policial. Nestes dois anos a maior violência foi, porém, a morte de centenas de índios Yanomami, vítimas da invasão garimpeira de seu território.

De acordo com Antonio Brande, o caso Yanomami, que se arrasta sem solução há mais de dois anos, "é o paradigma da política indigenista do presidente Sarney". Para o secretário do Cimi, essa política ficou impreterivelmente subordinada "aos interesses do grande capital e aos interesses dos militares da Secretaria Geral do extinto Conselho de Segurança Nacional, hoje encastelados na Secretaria de Assessoramento da Defesa Nacional", tendo resultado em grandes prejuízos para as nações indígenas. "É por esta razão que no documento que encaminhamos a todos os candidatos a Presidência da República defendemos, entre outras medidas, a imediata revogação dos atos lesivos aos interesses indígenas adotados nos últimos anos e a completa refor-

mulação da Funai, em bases democráticas".

O secretário do Cimi disse que a entidade está aguardando a definição da política indigenista do governo Collor para se pronunciar a respeito. Adiantou, no entanto, que as orientações de sua política econômica preocupam, na medida em que incentivam a corrida às riquezas existentes em terras indígenas. Portanto é previsível o aumento dos conflitos e violências contra os índios. Representantes do PRN tem falado também novamente em descentralizar a Funai e a responsabilidade pela formulação da política indigenista, o que, se efetivado, "deixa os índios em posição extremamente frágil". O Cimi está também preocupado com a nomeação do dep. Bernardo Cabral para o Ministério da Justiça — a que ficaria vinculada a Funai — porque na Constituinte "sobre os Direitos Indígenas produziu o pior texto da história legislativa brasileira", posteriormente modificado através de acordo de lideranças.

"Estamos analisando com interesse as recentes declarações do ecologista José Lutzenberger, nomeado por Collor para a Secretaria Especial do Meio-Ambiente, contra o projeto Calha Norte e em favor dos direitos indígenas que se opõem, por diretos, às indicações do próprio Collor para a política econômica", afirmou o secretário do Cimi.